



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**

#### **REQUERIMENTO Nº            / 2019 Do Senhor Augusto Coutinho)**

Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços para discutir a tarifa de intercâmbio cobrada pelas operadoras de cartões.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para a realização da supracitada Audiência Pública, requero a presença dos seguintes convidados:

- [i] Pedro Coutinho – Diretor-Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, Abecs;
- [ii] Paulo Solmucci – Presidente Executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Abrasel;
- [iii] Fernando Boarato Meneguim – Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e, ainda,
- [iv] Um Representante do Banco Central do Brasil qualificado para o tema.

#### **Justificativa**

Em recente anúncio veiculado na Folha de São Paulo, do último dia 21 de agosto, a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) trouxe ao conhecimento do público a pretensão da empresa Mastercard de aumentar a tarifa de intercâmbio cobrada pela bandeira de 0,75% para 1,05%. Isso representa um acréscimo de 40% do valor atual que já pode ser considerado alto no rol de taxas e impostos que sobrecarregam o empreendedor brasileiro.

A tarifa de intercâmbio é a porcentagem paga pelo estabelecimento comercial ao emissor do cartão, geralmente bancos, por cada transação estabelecida por meio de pagamentos eletrônicos.

Nesse sentido, o manifesto veiculado pelo jornal merece atenção, pois a mencionada empresa congrega no país um setor que gera mais de seis milhões de empregos diretos e que movimenta negócios financeiros consideráveis, representando atualmente 2,7% do PIB nacional. Cabe ressaltar que a medida atingirá todos os setores que utilizam o sistema eletrônico de cartões, gerando um impacto financeiro pelo efeito cascata que poderá acarretar na cobrança das demais empresas de cartão.

Finalmente, com a alteração prevista já para outubro e consequente tendência de transferência desse aumento para os consumidores, faz-se necessário o quanto antes envolvermos esta Casa nesse debate. Assim, peço o apoio dos nobres pares a esse requerimento.

**Augusto Coutinho**  
**Deputado Federal (SOLIDARIEDADE/PE)**